



**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

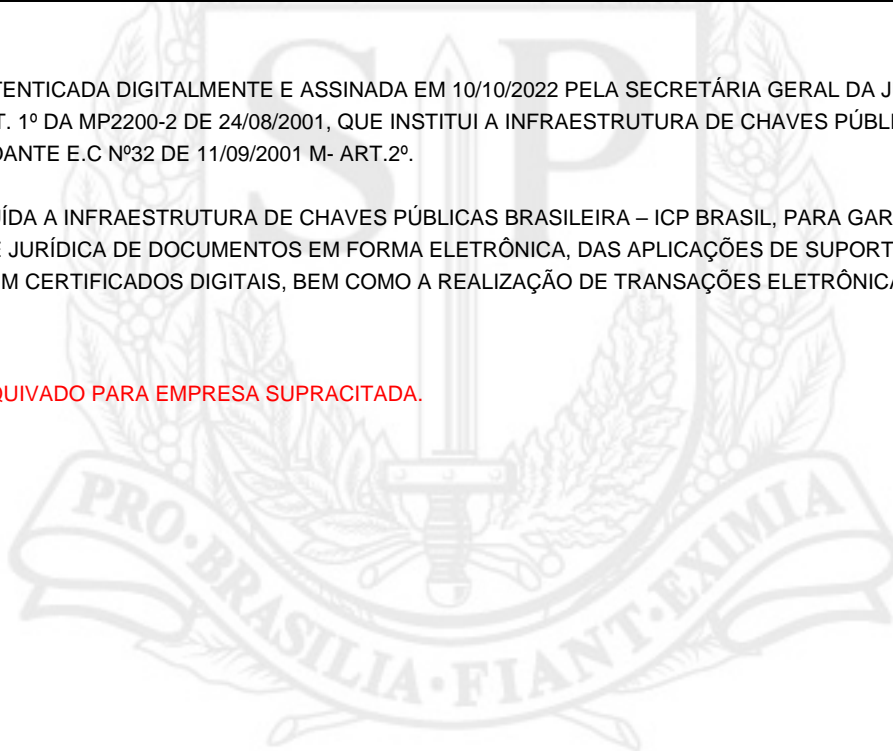
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL NAVI REAL ESTATE VENTURES - ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35236214062	CNPJ 37.980.655/0001-83	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 470.452/22-5	DATA DO ARQUIVAMENTO 28/09/2022

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 10/10/2022	HORA DE EXPEDIÇÃO 11:06:22	CÓDIGO DE CONTROLE 180597600
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 10/10/2022 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

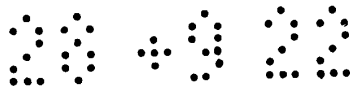
ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**CAPA DO REQUERIMENTO**

ETIQUETA PROTOCOLO



**JUCESP PROTOCOLO**  
**2.314.579/22-7**



GGG

CONTROLE INTERNET  
031540498-1

**DADOS CADASTRAIS**

ATO Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;				 	
NOME EMPRESARIAL NAVI REAL ESTATE VENTURES - ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.					
LOGRADOURO Avenida Brigadeiro Faria Lima		NÚMERO 3477	COMPLEMENTO Conj 82	CEP 04538-133	
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 37.980.655/0001-83	NIRE - SEDE 3523621406-2			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Marcelo Freitas de Araujo (Administrador)				VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 227,63	
ASSINATURA:				DARF: R\$ ,00	
DATA: 19/09/2022				SEQ. DOC. 1 / 1	

DECLARAÇÃO DE VERDADE: O ASSINANTE DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

**PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)**

<b>CARIMBO PROTOCOLO</b>  28 SET. 2022 <b>PROTOCOLO</b>	<b>CARIMBO DISTRIBUIÇÃO</b>  0310(153002)	<b>CARIMBO ANÁLISE</b>  28 SET 2022 Sandra Glória Teixeira Assessora Técnica em Registro Público 012-056-8
<b>ANEXOS:</b>		<b>ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO</b>
<input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão
<b>OBSERVAÇÕES:</b>		 28 SET 2022 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP  GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL  470.452/22-5

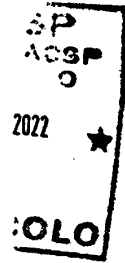
JUCESP

JUCESP

JUCESP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 2ª ALTERAÇÃO  
DO CONTRATO SOCIAL DA NAVI REAL ESTATE  
VENTURES – ADMINISTRADORA E GESTORA DE  
RECURSOS FINANCEIROS LTDA.

CNPJ/ME nº 37.980.655/0001-83  
NIRE 35236214062



Pelo presente instrumento particular,

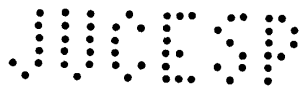
**NAVI HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100 – sala 601, Leblon, CEP 22440-035, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33300333860, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.552.093/0001-04, neste ato representada por seus Diretores Gustavo Ribas de Almeida Leite e Marcelo Freitas de Araújo, abaixo qualificados ("Navi Holding");

**LUÍS GUILHERME BRAGA STACCHINI**, brasileiro, solteiro, nascido em 14/11/1989, engenheiro, portador do documento de identidade nº 47.769.365-9, expedido pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 367.886.078-85, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Pedroso Alvarenga, nº 905, apto. 905, Itaim Bibi, CEP 04531-011, luis.stacchini@navi.com.br ("Luís");

**JOÃO PAULO DE ARAGON MORAES BAPTISTA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, nascido em 07/11/1984, engenheiro, portador do documento de identidade nº 02722987297, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 106.110.897-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lineu de Paula Machado, nº 1.006, apto. 601, Lagoa, CEP 22470-040, joao.aragon@gmail.com ("João"); e,

**GUSTAVO RIBAS DE ALMEIDA LEITE**, brasileiro, solteiro, nascido em 07/10/1985, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 160307, inscrito no CPF/ME sob o nº 055.328.027-93, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 3693, Apt. 102, Lagoa, CEP 22470-001, gustavo.ribas@navi.com.br ("Gustavo");

Únicos sócios da **NAVI REAL ESTATE VENTURES – ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade empresarial limitada, com sede na Cidade e



Visto  
Conferido  
RG nº 5180556-5

Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, conjunto 82, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 37.980.655/0001-83 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº 35236214062, ("Sociedade"),



E, ainda, como sócio ingressante:

**MARCELO FREITAS DE ARAUJO**, brasileiro, solteiro, nascido em 25/01/1992, engenheiro, portador do documento de identidade nº 05695709101, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 136.840.727-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100, sala 601, Leblon, CEP 22440-035, e-mail: marcelo.araujo@navi.com.br ("Marcelo").

Têm entre si justo e contratado, neste ato, alterar o ato constitutivo da Sociedade, nos seguintes termos:

#### 1. DA CESSÃO DE QUOTAS:

1.1. Neste ato, (i) o sócio João cede e transfere, a título oneroso e com a anuência dos demais sócios, 1 (uma) quota de emissão da Sociedade que é de sua propriedade para o sócio ingressante Marcelo, retirando-se da Sociedade; e (ii) o sócio Gustavo cede e transfere, a título oneroso e com a anuência dos demais sócios, 1 (uma) quota de emissão da Sociedade que é de sua propriedade para a sócia Navi Holding, retirando-se da Sociedade. Os sócios João, Marcelo, Gustavo e Navi Holding outorgam entre si a mais plena, rasa, geral e irrevogável quitação quanto ao preço de compra de tais quotas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, em caráter irrevogável e irretratável.

1.2. Em razão da cessão de quotas ocorrida nos termos da Cláusula 1.1., acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula IV do contrato social da Sociedade, a qual passará a vigor com a seguinte redação:

#### CLÁUSULA IV — CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), dividido em 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas entre os sócios:

JUCESP

Visto  
Conferido  
RG 7.856-5

Sócio	Nº de Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
NAVI Holding Participações S.A.	449.998	449.998,00	99,9996%
Luis Guilherme Braga Stacchini	1	1,00	0,0002%
Marcelo Freitas de Araujo	1	1,00	0,0002%
<b>TOTAL</b>	<b>450.000</b>	<b>450.000,00</b>	<b>100%</b>

**Parágrafo Primeiro** — Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais da Sociedade.

**Parágrafo Segundo** — A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização de todo o capital social da Sociedade, conforme artigo 1.052, da Lei nº 10.406/2002.

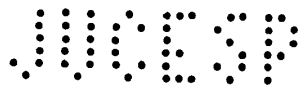
## 2. DA ADMINISTRAÇÃO:

2.1. Neste ato, os sócios consignam a renúncia do sócio João ao cargo de administrador da Sociedade.

2.1.1. A Sociedade e seus sócios outorgam, em caráter irrevogável e irretratável, a mais ampla, plena, geral e irrestrita quitação ao administrador renunciante, para nada mais reclamar, pretender haver ou exigir, a qualquer tempo e a qualquer título, em juízo ou fora dele.

2.2. Por conta do disposto no item 2.1., acima, os sócios resolvem designar o sócio Marcelo, conforme acima qualificado, como administrador da Sociedade. O administrador ora eleito, declara, sob as penas da lei, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

2.3. Em razão da designação do novo administrador, os sócios decidem alterar o caput da Cláusula VI do contrato social da Sociedade, bem como seus parágrafos sétimo, oitavo e nono, os quais passarão vigorar com a seguinte redação:



Visto  
Conferido  
RG: 7.618.856-5

## **CLÁUSULA VI – ADMINISTRAÇÃO**

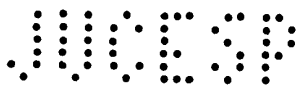
A Sociedade é administrada pelos sócios administradores (i) **Luís Guilherme Braga Stacchini**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº 47.769.365-9, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 367.886.078-85, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, conjunto 82, Itaim Bibi, CEP 04538-133; e (ii) **Marcelo Freitas de Araujo**, brasileiro, solteiro, nascido em 25/01/1992, engenheiro, portador do documento de identidade nº 05695709101, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 136.840.727-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100, sala 601, Leblon, CEP 22440-035, que serão designados como "Diretores". Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e que foram investidos de plenos poderes de administração da Sociedade, nos exatos termos e condições indicados nos Parágrafos desta cláusula.

[...]

**Parágrafo Sétimo** – Nos termos da Resolução CVM 21, e principalmente de seu artigo 4º, inciso IV, a responsabilidade pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos da Sociedade ficará, exclusivamente, a cargo do sócio administrador Marcelo Freitas de Araújo, qualificado acima.

**Parágrafo Oitavo** – Nos termos da Resolução CVM 21, e principalmente de seu artigo 4º, inciso V, a responsabilidade pela gestão de risco ficará, exclusivamente, a cargo do sócio administrador Marcelo Freitas de Araújo, qualificado acima.





*Parágrafo Nono – Nos termos da Resolução CVM 21, e principalmente de seu artigo 25, a responsabilidade pela identificação, cadastro e registro de investidores e de transações realizadas pela Sociedade para prevenir ilícitos vinculados à lavagem de dinheiro (PLD) ficará, exclusivamente, a cargo de Marcelo Freitas de Araújo, qualificado acima, que é Diretor de PLD.”*



### 3. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL:

3.1. Por fim, considerando as alterações indicadas acima, os sócios remanescentes resolvem consolidar o novo Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar da seguinte forma:

#### **“CONTRATO SOCIAL DA NAVI REAL ESTATE VENTURES — ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.**

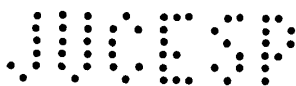
#### **CLÁUSULA I — DENOMINAÇÃO E SEDE**

A Sociedade denomina-se **NAVI REAL ESTATE VENTURES — ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.** e tem sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3477, Conjunto 82, Itaim Bibi, CEP: 04538-133.

**Parágrafo Único** — A Sociedade poderá, por deliberação de seus sócios, abrir filiais, agências e escritórios em qualquer parte do País ou no exterior, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA II — OBJETO SOCIAL**

A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e gestão de carteira de valores mobiliários, com foco na atividade de gestão de fundos de investimento, em participações e outros ativos, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") que tenham por objetivo preponderante investir (i) diretamente através da aquisição de terrenos, imóveis construídos e/ou em fase de construção e/ou unidades autônomas de empreendimentos comerciais ou residenciais construídos e/ou em fase de construção e/ou direitos reais sobre tais imóveis e/ou unidades autônomas; e/ou (ii) indiretamente em Imóveis mediante a aquisição de (a) ações ou cotas de sociedades que invistam em imóveis, incluindo mas não se limitando sociedades de propósito específico; (b) cotas de



Visto  
Conferido  
RG: 76.856.855

Fundos de Investimento Imobiliário também geridos pela Sociedade ou por terceiros, (c) cotas de Fundos de Investimento em Participações, que também sejam geridos pela Sociedade ou terceiros.

### CLÁUSULA III — DURAÇÃO



O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

### CLÁUSULA IV — CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), dividido em 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Nº de Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
NAVI Holding Participações S.A.	449.998	449.998,00	99,9996%
Luis Guilherme Braga Stacchini	1	1,00	0,0002%
Marcelo Freitas de Araujo	1	1,00	0,0002%
<b>TOTAL</b>	<b>450.000</b>	<b>450.000,00</b>	<b>100%</b>

**Parágrafo Primeiro** — Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais da Sociedade.

**Parágrafo Segundo** — A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização de todo o capital social da Sociedade, conforme artigo 1.052, da Lei nº 10.406/2002.

### CLÁUSULA V — CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

A cessão e transferência de quotas entre sócios ou a terceiros, no todo ou em parte, somente poderá ser realizada mediante a aprovação prévia e por escrito de sócios representando a maioria do capital social.

### CLÁUSULA VI — ADMINISTRAÇÃO

A Sociedade é administrada pelos sócios administradores (i) **Luis Guilherme Braga Stacchini**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do documento de identidade nº 47.769.365-9, expedido pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 367.886.078-85,



JUCESP

Visto  
Conferido  
Data: 10/10/2022  
Assinatura: 136.855

residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, conjunto 82, Itaim Bibi, CEP 04538-133; e (ii) Marcelo Freitas de Araujo, brasileiro, solteiro, nascido em 25/01/1992, engenheiro, portador do documento de identidade nº 05695709101, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 136.840.727-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Avenida Acaulfo de Paiva, nº 1.100, sala 601, Leblon, CEP 22440-035, que serão designados como "Diretores". Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e que foram investidos de plenos poderes de administração da Sociedade, nos exatos termos e condições indicados nos Parágrafos desta cláusula.

**Parágrafo Primeiro** — Os sócios estabelecerão, em deliberação em separado, o valor do pró-labore a ser pago aos sócios e administradores.

**Parágrafo Segundo** — Nos casos de vacância no cargo de quaisquer dos Diretores, os sócios deverão nomear um substituto, que ocupará o cargo até o final do mandato do(s) Diretor(es) substituído(s).

**Parágrafo Terceiro** — Caberá aos Diretores a prática dos atos necessários à consecução do objeto social da Sociedade, devendo, para tanto:

- a) praticar os atos de administração geral e de representação da Sociedade, podendo, ainda, realizar operações e praticar atos apropriados ou necessários para os fins e interesses da Sociedade;
- b) representar a Sociedade em juízo ou fora dele;
- c) preparar, para apresentação em reunião de sócios, o relatório da administração e as demonstrações financeiras de cada ano-fiscal da Sociedade;
- d) cumprir as deliberações aprovadas em reuniões de sócios e outras disposições do Contrato Social e de Acordo de Quotistas arquivado na sede da Sociedade.

**Parágrafo Quarto** — Os atos indicados abaixo somente poderão ser praticados pelos Diretores, após autorização, por escrito, de sócios representando a maioria do capital social:

JUCESP

Visto  
Conferido  
RG: 7.618.855-5

- a) contratação de ~~dividas~~ de qualquer natureza, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- b) outorga, pela Sociedade, de quaisquer garantias em favor de terceiros;
- c) alienação, empréstimo ou qualquer outra forma de disposição de bens do ativo permanente da Sociedade, cujo valor individual ou em uma série de operações relacionadas, seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e
- d) celebração de qualquer contrato que implique em cessão de uso, licenciamento ou transferência de software ou outra propriedade intelectual da Sociedade.

**Parágrafo Quinto** — Serão nulos e reputar-se-ão sem nenhum efeito em relação à Sociedade os atos praticados pelos Diretores, quando em desacordo com os objetivos sociais da Sociedade, ainda que no exercício dos poderes de administração, inclusive em relação a avais, fianças, endossos ou qualquer forma de garantias em favor de terceiros, ficando, ainda, vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

**Parágrafo Sexto** — Os sócios atribuem a Luís Guilherme Braga Stacchini, acima qualificado, a responsabilidade pela administração de carteira de valores mobiliários, nos termos do inciso III do Art. 4º da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, da CVM ("Resolução CVM 21"). A execução das atividades inerentes ao cargo está sujeita ao deferimento do pedido de autorização pela Comissão de Valores Mobiliários para administração de carteira de valores mobiliários, nos termos do Art. 3º da Resolução CVM 21, cuja solicitação foi realizada perante o competente Sistema de Supervisão de Mercados, em 12 de maio de 2020, sob o protocolo nº 005655/2020.

**Parágrafo Sétimo** — Nos termos da Resolução CVM 21, e principalmente de seu artigo 4º, inciso IV, a responsabilidade pelo cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos da Sociedade ficará, exclusivamente, a cargo do sócio administrador Marcelo Freitas de Araújo, qualificado acima.

**Parágrafo Oitavo** — Nos termos da Resolução CVM 21, e principalmente de seu artigo 4º, inciso V, a responsabilidade pela gestão de risco ficará, exclusivamente, a cargo do sócio administrador Marcelo Freitas de Araújo, qualificado acima.

**Parágrafo Nono** — Nos termos da Resolução CVM 21, e principalmente de seu artigo 25, a responsabilidade pela identificação, cadastro e registro de investidores e de



Visto  
Conferido  
RG: 7.618.856-5

transações realizadas pela Sociedade para prevenir ilícitos vinculados à lavagem de dinheiro (PLD) ficará, exclusivamente, a cargo de Marcelo Freitas de Araújo, qualificado acima, que é Diretor de PLD.

**Parágrafo Décimo** — A Sociedade poderá ser representada pela assinatura:

- a) de 2 (dois) Diretores, em conjunto;
- b) de 1 (um) Diretor e de 1 (um) procurador, conjuntamente;
- c) de 2 (dois) procuradores conjuntamente;
- d) de 1 (um) procurador com poderes específicos (dentro dos limites dos poderes conferidos no respectivo instrumento de mandato); ou
- e) de 1 (um) Diretor devidamente autorizado em reunião de sócios, por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, desde que dentro dos limites de suas funções e deveres.

**Parágrafo Décimo Primeiro** — A Sociedade nomeará procuradores somente por meio de instrumento de mandato assinado por 2 (dois) Diretores conjuntamente, devendo o referido instrumento especificar os atos e transações outorgados e ser válido, por no máximo, 12 (doze) meses, exceto nos casos de procuração com poderes ad judícia.

## CLÁUSULA VII — DELIBERAÇÕES

Todas as deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios e deverão ser aprovadas pelo voto favorável de sócio(s) representando a maioria do capital social da Sociedade, salvo quando o Contrato Social ou a Lei nº 10.406/2002 exigirem quórum mais elevado.

**Parágrafo Primeiro** — As reuniões de sócios serão convocadas pelos Diretores ou por qualquer um dos sócios, por meio de notificação escrita, especificando o dia, hora e local da reunião, bem como a ordem do dia, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e 5 (cinco) dias em segunda convocação.

**Parágrafo Segundo** — As convocações serão dispensáveis quando da presença de sócios representando a totalidade do capital social ou de sua ciência, por escrito, acerca do local, data, hora e ordem do dia, na forma do parágrafo 2º de artigo 1.072, da Lei nº 10.406/2002.

JUCESP

Visto  
Conferido  
16/10/2022

**Parágrafo Terceiro** — As reuniões de sócios também poderão ser substituídas por decisões por escrito dos sócios, desde que sejam assinadas por sócios representando a totalidade do capital social.

**Parágrafo Quarto** — A reunião de sócios instalar-se-á, em primeira ou segunda convocação, com a presença de sócios que representem, no mínimo, a maioria do capital social com direito de voto, sendo certo que as deliberações que dependam de quórum qualificado para a sua aprovação deverão, necessariamente, ser aprovadas por sócios que representem o referido quórum.

**Parágrafo Quinto** — Compete, privativamente, à reunião de sócios, dentre outras matérias expressamente previstas na Lei nº 10.406/2002:

- (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- (c) eleger e destituir os Diretores, quando for o caso, e fixar sua remuneração;
- (d) deliberar sobre qualquer fusão, incorporação, cisão ou operação similar envolvendo a Sociedade ou transformação, dissolução, liquidação (incluindo a nomeação do liquidante), extinção, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda a confissão de falência da Sociedade; e
- (e) aprovar qualquer alteração ao Contrato Social da Sociedade.

## CLÁUSULA VIII— EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício, o(s) Diretor(es) da Sociedade prestarão contas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade.

**Parágrafo Primeiro**— Os sócios apreciarão as contas dos Diretores e, conforme o caso, as aprovarão em reunião de sócios.

**Parágrafo Segundo**— A Sociedade poderá levantar balanços intermediários e declarar, por deliberação dos sócios, a distribuição dos lucros neles apurados.

JUCESP

Visto  
Conferido  
RG 7.517.856-5

**Parágrafo Terceiro**— Os sócios poderão aprovar a distribuição de dividendos de forma desproporcional às participações no capital social, mediante deliberação de sócio(s) representando a maioria do capital social da Sociedade.

#### CLÁUSULA IX— EXCLUSÃO DE SÓCIO :

Por deliberação de sócios representando a maioria do capital social da Sociedade, tomada em reunião especialmente convocaria para esse fim, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da Sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá ser excluído da Sociedade, por justa causa, em consonância com o previsto no artigo 1.085 da Lei nº 10.406/2002. Tal sócio deverá ser notificado com antecedência mínima de 08 (oito) dias da data da realização da assembleia da qual trata esta cláusula, de modo que possa comparecer à assembleia e exercer o seu direito de defesa.

**Parágrafo único** — Uma vez aprovada a exclusão do sócio em questão, será possível promover a correspondente redução no capital social ou, então, que as quotas do sócio excluído sejam adquiridas pela Sociedade, se as condições do momento assim permitirem, ou por qualquer sócio interessado, pelo valor patrimonial contábil efetivamente realizado das referidas quotas, constante do balanço patrimonial levantado pela Sociedade na data da exclusão.

#### CLÁUSULA X — DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

A Sociedade somente será dissolvida por deliberação dos sócios ou nos casos previstos em lei. Em qualquer caso, proceder-se-á à liquidação de seu ativo e passivo e o remanescente do patrimônio social será atribuído aos sócios na proporção de suas participações no capital social.

**Parágrafo Primeiro** — Além da hipótese de exclusão prevista na Cláusula IX acima, a Sociedade também não será dissolvida em razão da falência, insolvência ou retirada de quaisquer dos sócios. Em qualquer caso, a Sociedade deverá continuar com os sócios remanescentes, os quais terão o direito de admitir um novo sócio, e o sócio falido, insolvente, retirante ou excluído, terá direito aos seus haveres correspondentes ao valor patrimonial contábil por quota de sua propriedade, que será calculado em balanço especial, na data deste evento, observado o disposto no Acordo de Quotistas arquivado na sede da Sociedade.

JUCESP

Visto  
Conferido  
PP-518-56-5

**Parágrafo Segundo** — A Sociedade também não se dissolverá no caso de falecimento de qualquer dos sócios, passando as quotas do sócio falecido a ser de propriedade de seus herdeiros, e aplicando-se o disposto no Acordo de Quotistas arquivado na sede da Sociedade.

10

**Parágrafo Terceiro** — Em qualquer dos casos referidos acima, os haveres serão pagos pela Sociedade em até 48 (quarenta e oito) parcelas, a critério da Sociedade.

#### CLÁUSULA XI — LEIS DE REGÊNCIA

A Sociedade será regida pelas normas aplicáveis às sociedades limitadas previstas nos artigos 1.052 a 1.087, da Lei nº 10.406/2002, e, supletivamente, pelas normas relativas às sociedades anônimas.

#### CLÁUSULA XII — RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

Toda e qualquer questão, disputa, controvérsia, conflito ou reclamação proveniente ou relacionada às obrigações, execução, condições e/ou interpretação deste Contrato Social, incluindo assuntos relacionados à existência, validade, eficácia ou nulidade de qualquer de suas disposições, deverá ser solucionada por arbitragem de forma obrigatória, exclusiva e definitiva, ajuizada e conduzida de acordo com o Regulamento da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem"), e em observância à Lei nº 9.307/96. A Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem ("CCA") ficará encarregada de administrar e conduzir a arbitragem.

**Parágrafo Primeiro** — O Tribunal Arbitral deverá ser composto por 3 (três) árbitros, devendo um deles ser nomeado pela requerente, no requerimento de arbitragem, e outro pela requerida, na resposta ao requerimento de arbitragem. Se a disputa envolver múltiplas partes, seja como requerentes ou requeridas, os requerentes, em conjunto, nomearão 1 (um) árbitro, no requerimento de arbitragem, e os requeridos, em conjunto, nomearão o outro árbitro na resposta ao requerimento de arbitragem. Os árbitros nomeados deverão indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral.

**Parágrafo Segundo** — No caso de uma das partes, ou conjunto de partes, não nomear um árbitro ou no caso de os árbitros nomeados por elas não chegarem a um consenso quanto à nomeação do terceiro árbitro dentro do prazo acima estipulado, caberá ao

JUCESP

Diretor da CCA realizar tal nomeação, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido, por escrito, de qualquer uma das partes.

Visto  
Conferido  
RG nº 818.856-5

**Parágrafo Terceiro** — A arbitragem ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, onde o laudo arbitral deverá ser emitido, e será conduzida na língua portuguesa, exceto se houver consolidação. O Tribunal Arbitral deve decidir com base na legislação indicada na cláusula e nos termos deste Contrato Social.

**Parágrafo Quarto** — O Tribunal Arbitral é competente para conceder medidas urgentes de acordo com os termos deste Contrato Social e da lei aplicável, incluindo, sem limitação, liminares permanentes ou provisórias e execução específica de qualquer das obrigações aqui criadas. Sem prejuízo à validade da cláusula compromissória, as Partes poderão, se e quando necessário, requerer assistência e/ou medidas judiciais ao Judiciário com o único intuito de: (a) executar obrigações que admitem imediata execução específica; (b) para instauração do procedimento arbitral; e (c) obter medidas coercitivas ou cautelares, ou procedimentos de natureza preventiva, provisória ou permanente que garantam a arbitragem a ser instaurada e/ou que certifiquem a existência e eficácia do procedimento arbitral, restando entendido que após a apreciação destas medidas pelo Poder Judiciário, a competência total e exclusiva de decidir sobre todas e quaisquer questões, tanto as relacionadas ao procedimento cautelar, quanto as relacionadas ao mérito, que deram ensejo ao requerimento de tais medidas, deverá retornar ao Tribunal Arbitral a ser instituído. O requerimento de qualquer medida concernente a esta cláusula não representará qualquer renúncia à cláusula de arbitragem ou à absoluta jurisdição do Tribunal Arbitral.

**Parágrafo Quinto** — O Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Contrato Social, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, em especial as relacionadas ao Acordo de Quotistas, podendo, conforme caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, ao decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração os seguintes requisitos: (i) a nova disputa possua questões de fato ou de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente seja prejudicada; e (iii) a consolidação não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação emitida por um Tribunal Arbitral será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.



JUCESP

Visto  
Conferido  
RG: 7.618.856-5

**Parágrafo Sexto** — Todos os custos e despesas da arbitragem, incluindo custas da arbitragem e honorários do Tribunal Arbitral, deverão ser arcados pelas partes conforme determinado pelo Tribunal Arbitral.

**Parágrafo Sétimo** — Caso a CCA seja extinta ou por qualquer motivo encerre suas atividades, comprometem-se as Partes e as intervenientes, desde já, a submeter os litígios objeto da presente cláusula a arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, de acordo com o respectivo regulamento e a presente Cláusula, salvo se, à época, já existir um procedimento arbitral instituído junto à Câmara, com tribunal arbitral constituído, hipótese em que se obrigam a tornar todas as providências para dar prosseguimento à arbitragem em caráter ad hoc, em boa-fé e sempre observado o disposto nesta Cláusula.

**Parágrafo Oitavo** — Qualquer decisão do Tribunal Arbitral deverá ser final e vinculante para cada parte que foi parte na disputa, sendo que o laudo arbitral pode ser executado em qualquer Foro que tenha jurisdição, incluindo o Foro que tenha jurisdição sobre a parte ou seus bens.

#### CLÁUSULA XIII —ACORDO DE QUOTISTAS

A Sociedade observará os eventuais Acordos de Quotistas arquivados em sua sede.”

E, por assim estar assim resolvido, lavra, data e assina, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas, o presente instrumento em 1 (um) via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

São Paulo, 01 de setembro de 2022.

*[Restante da página deixado intencionalmente em branco]*

Página de assinaturas do Instrumento Particular de 2ª Alteração do Contrato Social da Navi  
Real Estate Ventures - Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda.

Visto  
Conferido  
RG: 7.618.856-5

NAVI HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.

DocuSigned by:  
Gustavo Ribas de Almeida Leite  
83E0624B244D488...  
Por: Gustavo Ribas de Almeida Leite  
Diretor

DocuSigned by:  
Marcelo Freitas de Araujo  
F1426E4C8FFA4B9...  
Por: Marcelo Freitas de Araujo  
Diretor

DocuSigned by:  
Gustavo Ribas de Almeida Leite  
83E0624B244D488...  
GUSTAVO RIBAS DE ALMEIDA LEITE

DocuSigned by:  
Luís Guilherme Braga Stacchini  
45B35D53FE0D4A4...  
LUIS GUILHERME BRAGA STACCHINI

DocuSigned by:  
JOÃO PAULO DE ARAGON MORAES BAPTISTA  
5EFA60D06090647D...  
JOÃO PAULO DE ARAGON MORAES  
BAPTISTA

DocuSigned by:  
Marcelo Freitas de Araujo  
F1426E4C8FFA4B9...  
MARCELO FREITAS DE ARAUJO

Declaração de Desimpedimento:

DocuSigned by:  
Marcelo Freitas de Araujo  
F1426E4C8FFA4B9...  
MARCELO FREITAS DE ARAUJO

Testemunhas:

1. DocuSigned by:  
Juliana Macedo Velloso  
5BFC4217571845F...  
Nome: Juliana Macedo Velloso  
CPF: 153.707.087-89

2. DocuSigned by:  
Marina Araujo  
5DE057521F97466...  
Nome: Marina Araújo  
CPF: 109.781.447-59



**JUCESP**  
**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, Philippe Vieira Nantes, com inscrição ativa na OAB/SP sob o nº 415.222, inscrito no CPF nº 133.660.227-95, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que os documentos abaixo indicados são autênticos e condizem com o original.

Documentos apresentados:

1. Instrumento Particular de 2ª Alteração Contratual da Navi Real Estate Ventures – Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda., datado de 1º de setembro de 2022 e assinado eletronicamente via DocuSign (15 páginas);
2. Documento Básico de Entrada, assinado com certificado digital (1 página);
3. Declaração de Desimpedimento assinada eletronicamente, via DocuSign, Marcelo Freitas de Araujo (1 página);
4. Capa do Requerimento, com controle de internet nº 031540498-1, assinada eletronicamente, via DocuSign, por Marcelo Freitas de Araujo (10 página);
5. Cópia da OAB de Philippe Vieira Nantes (1 página).

São Paulo, 26 de setembro de 2022



Philippe Vieira Nantes

**JUCESP**  
**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, Philippe Vieira Nantes, com inscrição ativa na OAB/SP sob o nº 415.222, inscrito no CPF nº 133.660.227-95, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que os documentos abaixo indicados são autênticos e condizem com o original.

Documentos apresentados:

1. Instrumento Particular de 2ª Alteração Contratual da Navi Real Estate Ventures – Administradora e Gestora de Recursos Financeiros Ltda., datado de 1º de setembro de 2022 e assinado eletronicamente via DocuSign (15 páginas);
2. Documento Básico de Entrada, assinado com certificado digital (1 página);
3. Declaração de Desimpedimento assinada eletronicamente, via DocuSign, Marcelo Freitas de Araujo (1 página);
4. Capa do Requerimento, com controle de internet nº 031540498-1, assinada eletronicamente, via DocuSign, por Marcelo Freitas de Araujo (10 página);
5. Cópia da OAB de Philippe Vieira Nantes (1 página).

São Paulo, 26 de setembro de 2022



Philippe Vieira Nantes

**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**  
**À Junta Comercial do Estado de São Paulo**

NOME <b>MARCELO FREITAS DE ARAUJO</b>						NACIONALIDADE <b>Brasileira</b>	
COR OU RAÇA <b>Não Declarada</b>	ESTADO CIVIL <b>Solteiro(a)</b>	CPF <b>136.840.727-70</b>	RG/RNE <b>05695709101</b>	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO <b>14/09/2017</b>	ORGÃO EXPEDIDOR <b>DETRAN</b>	UF <b>RJ</b>
DOMICILADO(A) <b>Avenida Ataulfo de Paiva</b>						NÚMERO <b>1100</b>	
COMPLEMENTO <b>Sala 601</b>		DISTRITO/BAIRRO <b>Leblon</b>				CEP <b>22440-035</b>	
MUNICÍPIO <b>Rio de Janeiro</b>						UF <b>RJ</b>	
<b>Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.</b>							

<b>NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL</b>			
LOCALIDADE	<b>São Paulo - SP</b>	DATA	<b>01/09/2022</b>
NOME	<b>MARCELO FREITAS DE ARAUJO (Administrador)</b>	ASSINATURA	<b>DocuSigned by:</b> <i>Marcelo Freitas de Araujo</i> F1426E4C8FFA4B9...



## Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 031540498-1	NIRE SEDE 3523621406-2	NOME EMPRESARIAL NAVI REAL ESTATE VENTURES - ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.				
NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO 106.110.897-00
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICÍPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Saída	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



## Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

N° CONTROLE NA INTERNET 031540498-1		NIRE SEDE 3523621406-2		NOME EMPRESARIAL NAVI REAL ESTATE VENTURES - ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.		
NOME DO INTEGRANTE MARCELO FREITAS DE ARAUJO					IDENTIFICAÇÃO 136.840.727-70	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 05695709101	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 14/09/2017	ORGÃO EMISSOR DETRAN	UF RJ	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Ataulfo de Palva						NÚMERO 1100
COMPLEMENTO Sala 601		BAIRRO/DISTRITO Leblon				CEP 22440-035
MUNICÍPIO Rio de Janeiro					UF RJ	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA Sim - em Conjunto com Todos	
PARTICIPAÇÃO Participação no Capital: R\$ 1,00 - UM REAL						
CARGOS Sócio (entrada) Início do Mandato: Termina do Mandato: Representante (entrada) Início do Mandato: Termina do Mandato: Administrador (entrada) Início do Mandato: Termina do Mandato:						
REPRESENTADOS 3330033386-0						
DADOS COMPLEMENTARES						





## Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 031540498-1	NIRE SEDE 3523621406-2	NOME EMPRESARIAL NAVI REAL ESTATE VENTURES - ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.				
NOME DO INTEGRANTE					IDENTIFICAÇÃO 055.328.027-93	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICÍPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Saída	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



## Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 031540498-1		NIRE SEDE 3523621406-2		NOME EMPRESARIAL NAVI REAL ESTATE VENTURES - ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.		
NOME DO INTEGRANTE					IDENTIFICAÇÃO 3330033386-0	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO			BAIRRO/DISTRITO			CEP
MUNICIPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Redistribuição de Capital		TIPO DE INTEGRANTE PJ - Registro na Junta Comercial			USO DA FIRMA Não	
PARTICIPAÇÃO Participação no Capital: R\$ 449.998,00 - QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E OITO REAIS						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM

SPN2277270220

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

NAVI REAL ESTATE VENTURES - ADMINISTRADORA E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA.

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

37.980.655/0001-83

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

202 Alteração da pessoa física responsável perante o CNPJ  
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Visto  
Conferido  
RG: 7.618.856-5

Número de Controle: SP06075666 - 37980655000183

### 03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

MARCELO FREITAS DE ARAUJO

CPF

136.840.727-70

LOCAL

DATA

20/09/2022

### 04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 106.110.897-00

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir